

Daiana Marques Sobrosa²

Dr^a Eliana Rosa Sturza³

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Santa Maria (RS)- Brasil

RESUMO

O presente trabalho desenvolve uma reflexão a respeito de como as políticas linguísticas enquanto ações promovidas pelo Estado atuam sobre a língua portuguesa, resultando na mudança de sua significação perante demais variedades e demais línguas. Primeiramente, retomam-se acontecimentos que elucidam a política de imposição da Língua Portuguesa de Portugal às suas colônias como forma de assegurar a supremacia. Posteriormente, explica-se como se constitui a Língua Nacional brasileira e se analisa como hoje, através do exame CELPE-BRAS, o português do Brasil busca afirmar-se diante das outras variedades da língua portuguesa e colocar o Brasil em um lugar de maior projeção.

PALAVRAS-CHAVE: políticas linguísticas, língua portuguesa, CELPE-BRAS, Brasil.

ABSTRACT

The present work develops a reflection concerning how the linguistic policies as actions promoted by a state act over the Portuguese language, resulting in a shift of meaning of this language if compared to the varieties it has and to the other languages. Initially, a search for the past is done in order to analyze the policy of imposition of the Portuguese language from Portugal to its colonies as a way of reinforcing its supremacy. Subsequently, it is briefly explained the way the Brazilian national language is constituted and also analyzes how, currently, through CELPE-BRAS exam, Brazilian Portuguese can reinforces itself before the other varieties of Portuguese language and place Brazil in a better position.

KEYWORDS: Linguistic policies, Portuguese language, CELPE-BRAS, Brazil

1. Introdução

O Brasil, como uma nação em desenvolvimento, usufrui hoje de uma maior visibilidade e participação no cenário político-econômico mundial. Obviamente, a língua, como um fator de identidade da nação, não poderia deixar de fazer parte dessa

1. Trabalho desenvolvido na disciplina de História das Idéias Linguísticas

2. Acadêmica do curso de Letras Espanhol-UFSM e graduada em Letras Português-UFSM. E-mail: daianamsobrosa@hotmail.com

3. Orientadora no Projeto Entrelínguas

mudança. De acordo com Zoppi Fontana e Diniz (2008), a partir dos anos 90, com a criação do Mercosul, o Brasil cria novos espaços para a circulação da língua nacional, o que faz com que o Português do Brasil se constitua como uma Língua Transnacional.

Dentro do contexto da globalização das relações econômicas, o Mercosul surge com objetivo de fortalecer a economia regional, propiciando a livre mobilidade de bens, serviços e fatores de produção (Magnoli, 1995). No entanto, o Mercado Comum do Sul também vai lançar propostas voltadas para a educação que vão influenciar diretamente a relação entre as línguas e os sujeitos.

Conforme Guimarães (2001), a globalização não causa somente efeitos na área das relações econômicas. Para ele, esta globalização também interfere nas relações entre as línguas, na medida em que cria um novo espaço de produção linguística, pois amplia o espaço enunciativo de línguas não só nacionais.

É dentro dessa conjuntura que o Ministério da Educação do Brasil (MEC) desenvolve e outorga o CELPE-BRAS (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), que coloca em evidência, como se percebe na própria sigla “Bras” de Brasil, a variante do português falado no Brasil frente ao Português falado em Portugal, quebrando o paradigma da uniformidade da língua Portuguesa, tão utilizado no discurso da Lusofonia e acentuando o caráter político da língua. Como afirma Bethania Mariani:

Há um discurso reiterador de uma unidade linguística entre Portugal e suas ex-colônias, discurso esse marcado pelo termo “lusofonia” e por atividades políticas que procuram sustentar uma idéia de unidade na diversidade. À circulação desse discurso contrapõe-se um outro, assentado em diferenças linguísticas e históricas que legitimam uma posição diferenciada em termos da construção de sentidos para o nacional. (MARIANI, in ORLANDI, 2007, p. 84)

Desta forma, a língua oficial de Brasil e Portugal é a Língua Portuguesa, porém, o português do Brasil, assim como o dos povos africanos, adquiriu ao longo do tempo um caráter próprio. De acordo com Orlandi (apud Nunes, 2006) o português-brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua, mas não são, pois produzem diferentes discursos e significam de maneiras diferentes.

Para chegar ao que vemos hoje, uma língua nacional que é veiculada internacionalmente, o Português do Brasil trilhou um vasto caminho. Considerando fatos que vieram desde a época da colonização até os dias de hoje, o presente trabalho

tenta mostrar como as políticas linguísticas atuam sobre a língua e como ela é decisória para colocar hoje a língua do Brasil em uma posição mais significativa frente às outras variedades do português faladas no mundo.

2. O Celpe-Bras

Segundo o manual do aplicador de 2006, o Celpe-Bras é um o certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros, desenvolvido e outorgado pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil, aplicado no Brasil e em outros países. O Celpe-Bras é o único certificado de português como língua estrangeira reconhecido oficialmente pelo governo do Brasil e é aceito internacionalmente em empresas e instituições de ensino como comprovação de proficiência na língua portuguesa.

Para obter a certificação em um dos níveis (intermediário, intermediário superior, avançado e avançado superior) o aluno deve realizar um exame, no qual será avaliada sua competência por meio das necessidades de uso da língua-alvo, ou seja, será avaliado seu desempenho em situações que se assemelham à vida real, como: comunicar-se em situações do dia-a-dia, ler, redigir textos e interagir oralmente.

No manual do aplicador, fica também explícita a visão de língua associada à cultura:

Com base em uma visão da linguagem como uma ação conjunta de participantes com um propósito social, e considerando língua e cultura indissociáveis, o conceito de proficiência que fundamenta o exame consiste no uso adequado da língua para desempenhar ações no mundo (...). No que se refere à questão cultural, entende-se por cultura as experiências de mundo e práticas compartilhadas pelos membros de uma comunidade. Os indivíduos agem em contexto, e como tal, são influenciados por sua própria biografia e pelo contexto social e histórico no qual estão inseridos. (MANUAL DO APLICADOR, 2006, pg. 08)

Tendo em vista que a língua é indissociável da cultura e que o exame certifica o aluno para uso do Português brasileiro, o Celpe-Bras coloca em evidência a cultura do Brasil, através de temáticas e realidades referentes à “brasilidade”, o que mais uma vez comprova a afirmação de Orlandi (apud Nunes, 2006, pg. 224), de que são línguas que produzem diferentes discursos e significações.

3. Política e língua: um breve histórico da colonização

Obviamente, não se pode pensar o que é e o que representa hoje a Língua nacional sem antes recorrer brevemente ao passado. Para tanto, é preciso analisar os fatos que culminaram no caráter particular do português do Brasil e na conquista de novos espaços de circulação dessa língua.

Para Mariani (2007), a volta ao passado permite indagar sobre os efeitos da colonização linguística portuguesa na constituição de uma identidade linguística no Brasil e também permite refletir a respeito da heterogeneidade da língua, das contradições e dos silenciamentos que a constituem como língua nacional.

Segundo Mariani (2007) a partir do século XVI, completa-se o processo pelo qual a Língua Portuguesa torna-se a língua do império português, desvinculando-se cada vez mais do latim e do espanhol. Neste mesmo século, em função das cruzadas, da navegação, do comércio e da evangelização, os portugueses se deparam com uma grande quantidade de novas línguas e dialetos.

Desta forma, criam a consciência de que a língua portuguesa deve afirmar-se frente a essas novas línguas e as já existentes, o latim e o espanhol. Para isso, começam um processo de colonização linguística, ou seja, a imposição da língua portuguesa aos novos territórios conquistados, com o objetivo de afirmar não só sua supremacia frente ao latim e ao espanhol, como também sobre as novas línguas que surgiam.

Tomando como base o conceito de Política Linguística enquanto uma ação advinda do Estado sobre a língua, ou seja, políticas que de modo mais explícito atuam de modo intervencionista nas representações e relações dos sujeitos falantes com as línguas (STURZA, 2009), torna-se evidente, portanto, a existência de uma política linguística promovida pelo país colonizador com a finalidade de difundir sua língua e diminuir os espaços de circulação da língua colonizada e de outras línguas, como afirma Mariani (2007): “Políticas linguísticas são engendradas com o objetivo de disseminar a língua colonizadora, delimitando, organizando e silenciando os espaços de enunciação das línguas colonizadas”. (MARIANI, in ORLANDI, 2007, p. 85)

Afirma Guimarães (2007) que no Brasil, a partir da colonização, a língua portuguesa conviveu com diversas línguas indígenas e, durante um longo tempo, o português não foi uma língua de uso geral, era o tupi, posteriormente um tupi

normatizado, que se tornou a língua franca do Brasil e que era falado por índios, negros e inclusive portugueses, a chamada *língua geral*.

Segundo o autor, é a partir do século XVIII que o Português se impõe como língua de uso geral, mais precisamente, de acordo com Guimarães (1996), quando o governo português obriga o ensino da língua portuguesa nas escolas e institui que a língua do Brasil era o Português. Este fato teve início com a carta régia de 1727, escrita por D. João V, que ordenava os jesuítas a ensinarem o português aos índios em suas escolas e mais tarde se consolidou, quando Marquês de Pombal expulsa os jesuítas e oficializa o ensino da língua portuguesa no Brasil. Depois da independência, o português torna-se a língua nacional do país e, desde então, esta língua vai adquirindo características próprias que a diferenciam da língua de Portugal.

Porém, Guimarães (2007) afirma que este é um discurso padrão utilizado para explicar a história da Língua Portuguesa no Brasil. Segundo ele, assumir este discurso é desconhecer as relações políticas que estão envolvidas. Pois este encontro do Português com as outras línguas já faladas no território não se dá de forma neutra, é um encontro no qual a língua portuguesa se impõe perante as outras, encobrendo questões teóricas a respeito da relação de línguas.

Segundo Mariani (1996), a Língua Portuguesa coloca-se na qualidade de língua de cultura, já as línguas indígenas e africanas são vistas como primitivas e selvagens (GUIMARÃES, 2007, p.80). Sendo assim, a Língua Portuguesa tem história assim como a latina, e por isso pode servir de instrumento para contar a história do Brasil (isto é, a história das conquistas de Portugal). Assim, para a autora, a imposição da língua portuguesa também tem o papel de fixar a história com o sentido determinado através desta língua, ou seja, é a visão do colonizador a respeito da colonização, apagando desta história o Brasil dos índios, dos negros e de uma grande parcela da população que utilizava a língua geral e que não frequentava as academias.

3.1 A Língua Nacional

Conforme Mariani (2007) é só a partir do século XIX que surgem resistências a visão totalitária da Língua Portuguesa e emergem as discussões sobre a língua nacional. Nesta mesma época, surgem também as primeiras gramáticas e dicionários Brasileiros

de língua portuguesa, consolidando e elaborando um conhecimento sobre a língua nacional.

De acordo com Nunes (2006), devido à conquista da Independência e aos movimentos separatistas vividos na época, as diferenciações entre a língua portuguesa de Portugal e a língua portuguesa do Brasil ganham relevância, surgem então, os primeiros dicionários monolíngues Brasileiros, que funcionavam como complemento dos dicionários portugueses. Mais ao final do século, com os movimentos republicanos, são criados os dicionários de “brasileirismos”, fato que para o autor elucida a construção de uma imagem dos falantes como “povo” brasileiro e a formação de um discurso de língua nacional.

Para Nunes (2006), a noção de “brasileirismo” como elementos específicos da língua em uso no Brasil e que atestariam uma diferença com relação à língua portuguesa de Portugal fortalecem a teoria de uma língua nacional no século XIX. Estes elementos consistiam principalmente em: elementos da língua portuguesa que passaram a ter uma significação diferente no Brasil e elementos provenientes de outras línguas, especialmente indígenas e africanas, que foram sendo incorporados ao português do Brasil. Todavia, segundo Nunes (2006), estes dicionários não eram nada mais do que complementos para os dicionários portugueses, pois é somente em meados do século XX mesmo que irão surgir os grandes dicionários brasileiros de língua portuguesa.

Contudo, estes dicionários complementares se apresentavam, na época, como um instrumento de descrição das diferenças entre uma língua e outra bem como um instrumento de formação da identidade do Brasil. Além disso, segundo Auroux (1992, apud Zoppi- Fontana e Diniz, 2008) são os instrumentos linguísticos (dicionários, gramáticas, livros didáticos) que modificam os espaços de comunicação e a relação estabelecida entre os sujeitos falantes e uma língua, seja ela materna ou estrangeira.

Diante disso, Zoppi Fontana e Diniz (2008) afirmam que a gramatização da Língua Portuguesa do Brasil faz parte do processo de constituição de uma língua nacional:

As pesquisas desenvolvidas no Brasil demonstraram que esse processo de gramatização faz parte dos processos discursivos de constituição da língua nacional e, através deles, da própria constituição do cidadão brasileiro, na sua relação com Estado.

Assim, a construção de um imaginário de língua nacional, com seus atributos de unidade, uniformidade e universalidade, é efeito do processo de

gramatização interferindo eficazmente na relação que o brasileiro mantém com a sua língua. (ZOPPI- FONTANA, 2008, p.03)

A autora então destaca em seu trabalho quatro períodos relativos ao processo de Gramatização da Língua Portuguesa Brasileira, anteriormente, determinados por Guimarães (1996).

O primeiro ocorre desde o momento da descoberta do Brasil até a metade do século XIX, e se caracteriza pela ausência de trabalhos e estudos sobre a Língua Portuguesa no Brasil. O segundo inicia século XIX e vai até a década de 30 do século XX. Nele, na metade do período, marca-se o início dos estudos e dos debates sobre as diferenças do Português do Brasil, pela publicação das primeiras gramáticas brasileiras e pela criação da Academia Brasileira de Letras. O terceiro ocorre do final dos anos 30 até metade dos anos 60, e se caracteriza pela criação dos primeiros cursos de Letras e pela obrigatoriedade da disciplina de Linguística nestes cursos. O quarto acontece na metade dos anos 60 até os dias de hoje, e é marcado pela institucionalização da Linguística e pela implantação de cursos de pós-graduação em linguística no Brasil.

Zoppi- Fontana e Diniz (2008) ainda sugerem, sobre a periodização proposta por Guimarães, um quinto período de gramatização. Nele estaria situado o Celpe-Bras, pois, este período segundo a autora, caracteriza-se por um novo espaço de circulação da Língua Portuguesa do Brasil, surgido a partir do MERCOSUL.

Conforme Machado (2009) este novo espaço vem sendo ocupado pelo Brasil através de uma política de língua, na qual o estado brasileiro cria uma metalinguagem para tratar da Língua Portuguesa do Brasil e o Celpe- Bras veicula esta metalinguagem, designando uma identidade para o povo brasileiro a partir do que se entende por brasilidade e esta identidade colabora por sua vez, com a legitimação de uma língua nacional.

Para Zoppi- Fontana e Diniz (2008, apud Machado, 2009, pg. 105) o Celpe- Bras colabora não só para a legitimação da língua nacional, como também serve de instrumento à política linguística do Brasil, pois está direcionado a um público estrangeiro e, com isso, pode competir com Portugal pela internacionalização do Português como língua de mercado.

4. Conclusão

Através de reflexões originadas pela problemática que se estabelece entre a Língua Portuguesa de Portugal e a sua variedade falada no Brasil, percebe-se claramente uma questão de políticas linguísticas atuando sobre as línguas.

Ao mesmo passo em que Portugal procurava afirmar sua supremacia, aumentando os espaços de enunciação de sua língua a partir uma política de colonização linguística e buscava também silenciar certas manifestações, impondo aos territórios colonizados a Língua Portuguesa, apagando as línguas locais, caso da língua geral no período colonial brasileiro. Hoje, em um contexto distinto, a Língua Portuguesa do Brasil também tenta afirmar-se através de Políticas que ampliem o espaço de circulação desta língua nacional para do Brasil, promovendo-se políticas que façam dela uma língua de mercado.

Com a criação de tratados como o MERCOSUL, o Brasil insere-se no cenário político e econômico mundial e a língua recebe um novo sentido, o sentido de Língua veicular, ou seja, uma língua aprendida por necessidade e destinada à comunicação entre as cidades, utilizada para fins burocráticos e trocas comerciais. (Gobard 1976, apud Zoppi-Fontana e Diniz, 2008, pg. 108)

Desta forma, hoje, através da institucionalização do Português Língua Estrangeira como uma nova área de conhecimento e da instrumentalização deste saber, como por exemplo, através de Livros Didáticos e do Exame Celpe-Bras (Zoppi-Fontana e Diniz, 2008), a língua Portuguesa do Brasil assume uma nova significação no panorama mundial.

E, neste contexto, o Celpe-Bras colabora não só para a legitimação de uma língua nacional e para a criação da identidade do sujeito brasileiro, como também revela em si mesmo, o político atuando na Língua, pois como a própria sigla mostra o “Bras” de Brasil, fica evidente de que não se trata da Língua de Portugal, mas sim da do Brasil. Portanto, é o Português do Brasil buscando um lugar de projeção e tentando se afirmar por meio de uma política linguística perante as outras variedades da Língua Portuguesa.

Referências Bibliográficas

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) **Língua e cidadania- O Português no Brasil**. Pontes: São Paulo, 1996.

GUMARÃES, Eduardo. Política de Línguas na América Latina. **Relatos**, HIL/UNICAMP jun., n.7, pg. 5-11, 2001.

GUIMARÃES, Eduardo. Política de Línguas na Linguística Brasileira- Da abertura dos cursos de Letras ao Estruturalismo. In: ORLANDI, Eni P. (org.) **Política Linguística no Brasil**. Pontes: São Paulo, 2007.

MACHADO, Tania R. M. **O Lugar do CELPE-BRAS na História das Idéias Linguísticas do Brasil**. In: IV Encontro Internacional de Pesquisadores de Políticas Linguísticas (Santa Maria), 2009. p.103- 107.

MAGNOLI, Demétrio e ARAUJO, Regina. **Para entender o Mercosul**. 6. ed. São Paulo: Moderna, 1995.

MARIANI, Bethania S. C. As Academias do Século XVIII- Um certo Discurso Sobre a História e Sobre a Língua do Brasil. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) **Língua e Cidadania- O Português no Brasil**. Pontes: São Paulo, 1996.

MARIANI, Bethania S. C. Quando as línguas eram corpos: Sobre a colonização Linguística na África e no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (org.) **Política Linguística no Brasil**. Pontes: São Paulo, 2007.

MEC. **Manual do Aplicador do Exame Celpe-Bras**, 2006.

NUNES, José, H. **Dicionários no Brasil: Análise e História do Século XVI ao XX**. Pontes: São Paulo. Faperp, 2006.

STURZA, Eliana, R. **Políticas Linguísticas e Políticas Universitárias: Pesquisa, Ensino e Extensão**. Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

ZOPPI- FONTANA, Mônica G. e Diniz, Leandro R. A. **Declinando a Língua pelas Injunções do Mercado: Institucionalização do Português Língua Estrangeira (PLE)**. Estudos Linguísticos (São Paulo), v.37, pg. 89-119, 2008.

